



# Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 61.809.182/0001-30

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 12 de março de 2024.

**Apresentação**  
Submetemos a apreciação de V.S.as, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. ("Corretora") para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

**Evolução dos negócios**  
A Corretora Credit Suisse Hedging-Griffo apresentou um prejuízo no exercício de R\$ 327.557 (2022 - lucro de R\$ 89.739), decorrente, principalmente, da baixa do saldo de créditos tributários no exercício (demostrado na nota 13), por decisão da administração, e de um aumento nas despesas de pessoal, considerando que no exercício anterior houve uma significativa reversão de despesas com planos globais de remuneração a longo prazo. As receitas com taxas de administração e performance apresentaram uma redução no exercício, decorrente de uma diminuição das margens em razão da elevada taxa de juros no exercício.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
(Em milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Dezembro/2023	Dezembro/2022
<b>Circulante</b> .....		290.724	354.200
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b> .....	5	222.215	282.929
<b>Disponibilidades</b> .....	5	7.490	6.978
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b> .....	5/6	214.725	275.951
Aplicações no mercado aberto.....		214.725	275.951
<b>Outros créditos</b> .....		68.349	70.970
Rendas a receber.....	14a	52.268	56.066
Ativo fiscal corrente.....		2.420	4.794
Diversos.....	7	13.661	10.120
<b>Outros valores e bens</b> .....		160	301
Despesas antecipadas.....		160	301
<b>Não-circulante</b> .....		1.007.391	1.092.543
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		1.006.631	1.091.662
<b>Outros créditos</b> .....		1.006.631	1.091.662
Ativo fiscal diferido.....	13c	-	152.990
Ativo fiscal corrente.....		1.058	821
Diversos.....	7	1.005.573	937.851
<b>Permanente</b> .....		760	881
<b>Imobilizado</b> .....		760	881
Outras imobilizações de uso.....		22.972	22.978
Depreciações acumuladas.....		(22.212)	(22.097)
<b>Intangível</b> .....		-	-
Ativos intangíveis.....		2.804	2.804
Amortizações acumuladas.....		(2.804)	(2.804)
<b>Total do ativo</b> .....		1.298.115	1.446.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

## Índice de Basileia

O Conglomerado Credit Suisse Brasilapura seus limites operacionais de forma consolidada. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2023 era de 28,09% (2022 - 23,72%).

## Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo. Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso site na internet, a partir de 30 de março de 2024, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a adequação do Patrimônio de Referência, conforme a Resolução CMN nº 4.955/21, assim como a descrição do processo de

gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.credit-suisse.com/br/pt/quem-somos/governanca/dados-abertos/pla3r.html>.

## A Diretoria:

Augusto Afonso Martins  
Daniel Vasconcelos Garcia  
Edson Kajo  
Gabriela Rodrigues  
Leonardo Raibin  
Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça  
Marcelo Antonio Chily Loretto  
Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez  
Rafael Paixao Gross  
Teodoro Zemella Bruno de Lima

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota	Semestre Exercícios		
		2023	2023	2022
<b>Receitas da intermediação financeira</b> .....		10.765	26.536	52.959
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez.....		6.149	17.826	42.205
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		4.616	8.710	10.754
<b>Despesas da intermediação financeira</b> .....		-	(7)	-
Operações de empréstimos e repasses.....		-	(7)	-
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b> .....		10.765	26.529	52.959
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b> .....		(175.270)	(201.850)	89.932
Receitas de prestação de serviços.....	14b	206.311	396.810	436.893
Despesas de pessoal.....	14f	(314.228)	(464.406)	(228.454)
Outras despesas administrativas.....	14c	(42.273)	(72.471)	(59.789)
Despesas tributárias.....		(18.380)	(35.895)	(43.423)
Outras receitas operacionais.....	14d	35.028	69.587	63.963
Outras despesas operacionais.....	14e	(41.728)	(96.475)	(79.258)
<b>Resultado operacional</b> .....		(164.520)	(327.557)	89.739
<b>Resultados não operacionais</b> .....		(15)	(152.236)	(63.150)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b> .....		(164.505)	(175.321)	142.889
<b>Imposto de renda e contribuição social</b> .....	13	(15)	(23)	-
Provisão para imposto de renda.....		(15)	(23)	-
Ativo fiscal diferido.....		-	(152.213)	(53.150)
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício</b> .....		(164.520)	(327.557)	89.739
<b>Quantidade de ações ordinárias</b> .....	11a	5.521	5.521	2.760
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício por ação</b> .....		(29,80)	(59,33)	32,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota	Semestre Exercícios		
		2023	2023	2022
<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/exercício</b> .....		(164.520)	(327.557)	89.739
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....	9	(4.366)	(4.366)	761
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	9	-	(772)	(304)
<b>Resultado abrangente do semestre/exercício</b> .....		(168.886)	(332.695)	90.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota	Semestre Exercícios		
		2023	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b> .....		(164.520)	(327.557)	89.739
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício</b> .....		(164.520)	(327.557)	89.739
<b>Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício</b> .....		(351)	152.653	56.974
Depreciações e amortizações.....	14c	61	159	1.214
Impostos e contribuições diferidos.....	13b	-	152.213	53.150
Provisões para riscos fiscais e outros passivos contingentes.....	10	32.815	67.764	63.718
Atualização de depósitos em garantia.....	14d	(33.227)	(67.483)	(61.108)
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício ajustado</b> .....		(164.871)	(174.904)	146.713
<b>Variações patrimoniais</b> .....		121.216	(21.807)	(402.573)
Outros créditos.....		9.001	2.922	(4.588)
Outros valores e bens.....		70	141	114
Outras obrigações.....	112.145	(24.548)	(396.466)	
Impostos pagos.....		-	(322)	(1.632)
<b>Caixa (utilizado)/gerado pelas atividades operacionais</b> .....		(43.655)	(196.711)	(255.860)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b> .....		150.000	150.000	-
Aumento de capital social.....	11a	150.000	150.000	-
Dividendos pagos.....	11c	-	(13.965)	-
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b> .....		150.000	136.035	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b> .....		-	(38)	(126)
Aquisição/baixa de imobilizado de uso.....		-	(38)	(126)
Alienação de imobilizado de uso.....		-	-	2
<b>Caixa (utilizado) pelas atividades de investimento</b> .....		-	(38)	(126)
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b> .....		106.345	(60.714)	(255.986)
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b> .....		106.345	(60.714)	(255.986)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício.....	5	115.870	282.929	538.915
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício.....	5	222.215	222.215	282.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota	Capital social		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação		Lucros acumulados/(prejuízos)		Total
		Capital	Aumento de capital	legal	estatutária	especial	patrimonial	Total	Total		
										2023	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b> .....		150.000	-	5.912	28.084	52.928	(1.614)	(117.863)	117.447	-	
Ajuste de avaliação patrimonial sobre benefícios pós-emprego.....	9	-	-	-	-	-	761	(761)	-	761	
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	9	-	-	-	-	-	(304)	(304)	-	(304)	
Absorção de prejuízo.....	11b	-	-	(5.912)	(28.084)	(52.928)	-	86.924	-	86.924	
Lucro do exercício.....		-	-	-	-	-	-	89.739	-	89.739	
<b>Destinações:</b>											
Reserva legal.....		-	-	2.940	-	-	-	-	-	2.940	
Reserva estatutária.....		-	-	-	41.895	-	-	(41.895)	-	-	
Dividendos.....	11c	-	-	-	-	-	-	(13.965)	(13.965)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b> .....		150.000	-	2.940	41.895	-	(1.157)	(193.678)	193.678	-	
Ajuste de avaliação patrimonial sobre benefícios pós-emprego.....	9	-	-	-	-	-	(4.366)	(4.366)	-	(4.366)	
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	9	-	-	-	-	-	(772)	(772)	-	(772)	
Aumento de Capital.....	11a	150.000	-	-	-	-	-	150.000	-	150.000	
Aprovação do aumento de capital.....	11a	150.000	(150.000)	-	-	-	-	-	-	-	
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	-	-	-	(327.557)	(327.557)	-	
<b>Em 1º de julho de 2023</b> .....		300.000	-	2.940	41.895	-	(6.295)	(327.557)	29.862	-	
Ajuste de avaliação patrimonial sobre benefícios pós-emprego.....	9	150.000	-	2.940	41.895	-	(1.929)	(163.037)	29.862	-	
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	9	-	-	-	-	-	(4.366)	(4.366)	-	(4.366)	
Aumento de Capital.....	11a	150.000	-	-	-	-	-	150.000	-	150.000	
Aprovação do aumento de capital.....	11a	150.000	(150.000)	-	-	-	-	-	-	-	
Prejuízo do semestre.....		-	-	-	-	-	-	(164.520)	(164.520)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b> .....		300.000	-	2.940	41.895	-	(6.295)	(327.557)	10.983	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

**1. Contexto operacional:** A Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. ("Corretora"), constituída sob a forma de sociedade anônima, domiciliada à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700/10º-14º andares, Itaim Bibi, São Paulo - SP. Tem por objeto todas as atividades permitidas às sociedades corretoras, operando na área de corretagem de valores mobiliários em Bolsa de Valores e de Mercadorias e na administração de recursos de terceiros. A Corretora é uma empresa integrante do Conglomerado Credit Suisse Brasil, cujo controlador é o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., e suas operações são conduzidas dentro deste contexto. Em 19 de março de 2023, Credit Suisse Group AG e UBS Group AG celebraram um acordo para a fusão de seus negócios ("fusão"), concluído em 12 de junho de 2023. As operações futuras e/ou performance financeira da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. poderão ser impactadas como resultado da fusão. Não houve, até o momento, nenhuma mudança na estrutura societária do grupo no Brasil. Desta forma, as entidades do Conglomerado continuam a operar de forma similar aquela existente antes da aquisição, não sendo possível estimar os impactos futuros decorrentes da mesma. Em 07 de julho de 2023, o Banco Central do Brasil aprovou a alteração no grupo de controle do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil, composto por Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e de suas controladas Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Credit Suisse (Brasil) S.A., Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., para o controlador final UBS Group AG, com sede em Zurique, Suíça. Conforme aprovação do Banco Central, serão mantidos os registros do Conglomerado Financeiro Credit Suisse, tendo o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. como instituição líder, e o Conglomerado Financeiro UBS, tendo o UBS Brasil Banco de Investimento S.A. como instituição líder.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeário Nacional (Cosif), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo Bacen até o momento. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como escopo a instituição individual e incorporaram os normativos abaixo relacionados: • Resolução CMN nº 4.924 de 24 de Junho de 2021, aprovou o CPC 00 (R2) Pronunciamento sobre a estrutura conceitual e elementos requeridos para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis; • Resolução BCB nº 2 de 12 de Agosto de 2020, estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021, incluindo a apresentação da demonstração do resultado abrangente. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores de certos ativos, instrumentos financeiros, provisões e passivos contingentes da Corretora, conforme descritas na nota 3. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. O Banco Central do Brasil emitiu uma série de normativos que podem impactar as demonstrações financeiras da Corretora para os próximos períodos, elencadas a seguir: • Resolução BCB nº 320 de 2023: altera a Resolução BCB nº 92 de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor a partir de janeiro de 2025; • Resolução CMN nº 5.100 de 2023: altera a Resolução nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor e produz efeitos a partir de janeiro de 2025; • Resolução BCB nº 352 de 2023: dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciamento de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo tem prazo final de implementação em janeiro de 2027, porém, a Corretora, passa a produzir efeitos a partir de janeiro de 2025. As demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela administração para emissão e submetidas ao Comitê de Auditoria em 12 de março de 2024.

**3. Descrição das principais práticas contábeis:** **a.** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. As receitas de taxas de performance dos fundos administrados pela Corretora são apropriadas ao resultado, por ocasião do final dos períodos de cálculo, estabelecidos nos respectivos regulamentos dos fundos. **b.** Ativos e passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata die e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização. Os ativos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. c. Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, cujos prazos de liquidação na data de aquisição eram de até noventa dias. **d.** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados nas seguintes categorias: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do exercício; • Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como títulos para negociação nem como títulos mantidos até o vencimento. São apresentados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos nominais reconhecidos no resultado do exercício e as variações do valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos (em base "pro rata die") reconhecidos no resultado do exercício. **e.** As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma: • As operações no mercado a termo são registradas em contas patrimoniais pelo valor final contratado devidamente ajustado a mercado. A diferença entre o valor final contratado e o preço à vista do ativo financeiro é reconhecido nas receitas e despesas em função do prazo de fluência dos contratos; • A provisão para spread de risco de crédito ("Credit Valuation Adjustment" - CVA) para os instrumentos financeiros derivativos é calculada sobre o somatório do valor de mercado dos derivativos e seus respectivos ganhos potenciais futuros, conforme Resolução BCB nº 229 e Circular Bacen nº 3.849/17. f. Critérios para apuração dos valores de mercado - o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado com base em: • Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; • Modelos de precificação que utilizam como base o preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes, divulgados pela B3 S.A., Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) ou associações de classe; e • Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários. **g.** Imobilizado - conforme previsto na Resolução nº 4.835/16 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfiterias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens



# Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 61.809.182/0001-30

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

### i. Principais premissas/hipóteses utilizadas na avaliação atuarial:

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
a. Taxa real de juros/desconto da obrigação atuarial	10,20% a.a. (5,45% a.a. real)	10,47% a.a. (5,97% a.a. real)
b. Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50% a.a.	4,25% a.a.
c. Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 10%
d. Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
e. Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB - 57	IAPB - 57
f. Hipótese sobre rotatividade	20%	20%
g. Taxa estimada de permanência no plano	75%	75%
h. Aposentadoria	Eligibilidade à Previdência Social	Eligibilidade à Previdência Social
i. Composição familiar dos ativos	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho
j. Composição familiar dos inativos	Família informada	Família informada
k. Inflação médica (HCCTR)	7,63% a.a. (3,00% a.a. real)	7,38% a.a. (3,00% a.a. real)
l. Aumento de custos por idade (aging factor)	3,00% a.a.	3,00% a.a.

**ii. Exposição a riscos:** As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, expõe a Corretora aos principais riscos dispostos a seguir: • Risco de juros/inflação: os valores dos planos estão vinculados aos índices de juros e inflação, e uma diminuição nessas taxas, elevará as obrigações e, por consequência, o passivo atuarial e despesas mais relevantes; e • Expectativa de vida/permanência no plano: os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário e a permanência no plano, por isso o aumento da expectativa de vida e de permanência no plano após a aposentadoria resultaria em um aumento do passivo e das despesas.

### iii. Reconciliação do passivo atuarial:

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
1. Valor das obrigações no início do exercício	6.387	6.320
2. Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	355	310
3. Juros sobre obrigação atuarial	663	528
4. Benefícios pagos pelo plano	(153)	(10)
5. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	3.432	(76)
6. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	877	(685)
7. Entrada (saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	57	-
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	11.618	6.387
b. Reconciliação do balanço		
1. Passivo no balanço no início do exercício	6.387	6.320
2. Despesa reconhecida no exercício corrente	1.018	838
3. Montantes reconhecidos no OCJ no exercício corrente	4.309	(761)
4. Contribuições de patrocinadoras verdadeiras no ano	(153)	(10)
5. Entrada (saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	57	-
Passivo no balanço no final do exercício	11.618	6.387
c. Componentes da despesa do plano		
1. Custo do serviço corrente	355	310
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	663	528
Total da despesa a ser reconhecida	1.018	838
d. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço		
1. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	11.618	6.387
Passivo líquido	11.618	6.387
e. Componentes da despesa do plano projetada		
1. Custo do serviço corrente	524	355
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	1.171	663
Total da despesa a ser reconhecida	1.695	1.018
f. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCJ)		
1. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	3.432	(76)
2. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	877	(685)
Custo total reconhecido no OCJ	4.309	(761)
g. Duration da obrigação atuarial	18,2	22,8
h. Fluxo de benefícios futuros		
Exercício atual +1	281	104
Exercício atual +2	435	272
Exercício atual +3	464	323
Exercício atual +4	532	313
Exercício atual +5	561	361
Exercício atual +6 até exercício atual +10	3.951	2.316
i. Distribuição da obrigação atuarial		
1. Ativos	5.836	3.826
2. Assistidos/aposentados/pensionistas	5.782	2.561
Total da obrigação atuarial	11.618	6.387

### iv. Sensibilidade da obrigação de benefício:

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(846)	(452)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	951	509
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço	(45)	(29)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço	52	33
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros	(33)	(18)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros	35	19
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	970	522
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(868)	(467)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo do serviço	56	36
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo do serviço	(49)	(31)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo dos juros	89	43
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo dos juros	(104)	(64)

**10. Provisões:** A Corretora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. As provisões no montante de R\$1.007.928 (2022 - R\$ 942.731) estão representadas, substancialmente, por obrigações legais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, outras provisões que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09 e honorários advocatícios. Segue abaixo, a movimentação das provisões no exercício:

	Dezembro/2022	Constituições/Atualizações	Pagamentos	Reversões	Balanco (*)	Dezembro/2023
Fiscais (a)	935.653	66.907	(20)	(170)	198	1.002.568
Trabalhistas (b)	6.665	1.214	(2.691)	(164)	-	5.024
Cíveis	413	46	(54)	(69)	-	336
Total	942.731	68.167	(2.765)	(403)	198	1.007.928

	Dezembro/2022	Constituições/Atualizações	Reversões	Balanco (*)	Dezembro/2023
Fiscais (a)	874.619	60.322	(23)	735	935.653
Trabalhistas (b)	4.713	2.376	(424)	-	6.665
Cíveis	416	17	(20)	-	413
Total	879.748	62.715	(467)	735	942.731

(\*) Os valores referem-se a depósitos efetuados em juízo que tiveram sua contrapartida em provisão de CSLL revertida, portanto, sem transitar por conta de resultado.

(a) As principais contingências fiscais provisionadas são: • Constitucionalidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - em 1998, foi impetrado um Mandado de Segurança visando garantir o direito de não recolher a CSLL para os anos de 1998 e subsequentes. O valor da causa atualizada é R\$ 904.826 (2022 - R\$ 843.658), estando depositado em juízo o montante de R\$ 906.954 (2022 - R\$ 845.192); • Suspensão da exigibilidade do PIS - está sendo discutida na esfera judicial a constitucionalidade da contribuição do PIS nos termos da Emenda Constitucional de Revisão nº 1/94. O valor da causa atualizada é R\$ 59.805 (2022 - R\$ 56.427), estando esse valor integralmente depositado em juízo; e • Alargamento da base de cálculo da COFINS - está sendo discutida na esfera judicial a constitucionalidade, proferida pelo STF, do alargamento da base de cálculo da COFINS. O valor da causa atualizada é R\$ 26.826 (2022 - R\$ 24.969), estando esse valor integralmente depositado em juízo. (b) Referem-se a ações contra a Corretora, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Adicionalmente, a Corretora discute processos nas esferas judicial e administrativa os quais não foram reconhecidos em suas demonstrações financeiras, pois, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, tais passivos contingentes apresentam risco de perda possível. Os principais processos referem-se a: • Encargos sociais sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados - a Corretora discute nas esferas administrativa e judicial se os valores pagos a título de PLR em 2007, 2008 e 2013 atenderam aos requisitos da Lei nº 10.101/00, de modo a não incidir encargos sociais. Essas atuações referem-se a dezembro de 2009 e novembro de 2017. O valor atualizado da contingência é de R\$ 88.166 (2022 - R\$ 83.195); • Questionamento de Pessoa Física relativa a indenização por danos morais sofridos em consequência de bloqueio da conta do cliente para análise de Compliance por parte do Credit Suisse. As partes nomearam seus assistentes técnicos e aguarda-se julgamento da Corte. O valor atualizado da causa é de R\$ 488 (2022 - R\$ 0). A Corretora também é ré em processos de natureza trabalhista, classificados como risco de perda possível que, em 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 58.644 (2022 - R\$ 58.998). Na avaliação da administração da Corretora, os valores apresentados nesta nota refletem adequadamente os impactos, no balanço e na demonstração do resultado, que seriam esperados caso as contingências (provisionadas e não provisionadas) viessem a ser exigidas.

**11. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social está representado por 5.521.610 (2022 - 2.760.805) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 31 de outubro de 2023, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 150.000, passando este de R\$ 150.000 para R\$ 300.000, mediante a emissão de 2.760.805 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 54,33 (cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos) por ação, mediante capitalização em dinheiro e totalmente integralizados pelo acionista Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. O processo de aprovação do aumento de capital junto ao Bacen (DEORF) foi aprovado em 07 de dezembro de 2023. **b. Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Corretora, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. A reserva especial de lucros refere-se aos dividendos adicionais propostos, que excederam a parcela do dividendo mínimo obrigatório, enquanto não aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, sendo declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2022, foi aprovada a absorção de prejuízos no total de R\$ 86.924, às rubricas de Reserva de lucros - especial no montante de R\$ 52.928, Reserva de lucros - estatutária no montante de R\$ 28.084 e Reserva de lucros - Legal no montante de R\$ 5.912, correspondentes ao prejuízo auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023, foi aprovada a absorção de prejuízos acumulados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 com lucros auferidos no exercício de 2022 no montante de R\$ 30.939. **c. Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 13.965 correspondente aos lucros auferidos pela Corretora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, após a absorção de prejuízos acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e constituição de Reserva Legal. Os dividendos foram pagos em 30 de junho de 2023.

**12. Transações relevantes com partes relacionadas:** As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

**a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Natureza do relacionamento		Dezembro/2023	Dezembro/2022
	Ativo	Passivo		
Disponibilidades	Relacionada		1.005	320
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Controladora		214.725	275.951
Outros Créditos:				
Rendas a receber - taxa de administração	Relacionada		102	193
Rendas a receber - serviços a receber	Relacionada		7.786	-
Diversas - Aluguel	Controladora		10	10
Sociais e estatutárias - dividendos	Controladora		-	13.965
Diversas - aluguel	Controladora		1.606	765

**Resultado**

Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	Controladora	17.826	42.205
Resultado de operações de crédito	Relacionada	(6)	-
Receita de prestação de serviços - serviços a receber	Relacionada	32.061	-

**b. Remuneração do pessoal chave da administração:** Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi registrada uma despesa no valor de R\$ 22.735 (2022 - R\$ 16.467 - reversão de despesa), composta por honorários, gratificações e benefícios de remuneração de longo prazo, conforme explicado abaixo. Esta reversão no exercício de 2022 decorre da volatilidade do preço da ação "CSG", variação do dólar e reversões de algumas gratificações. As empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil participam de planos globais de remuneração de longo prazo, em especial do plano global de ações do Credit Suisse Group ("CSG"). Esses planos envolvem a atribuição aos funcionários e administradores de promessas de pagamentos futuros baseados em ações ou em outros ativos, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas. A liquidação destes planos é feita via crédito em conta corrente bancária. Para a liquidação em ações, a Corretora mensura o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos, tendo em conta as condições de mercado para cada plano. Nos pagamentos baseados em ações, liquidados conforme mencionado acima, a Corretora mensura o passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e a liquidação e é reconhecido mensalmente. Conforme anúncio feito globalmente em relação a compra do CS AG pelo UBS AG em 12 de junho de 2023, as ações do CS AG deixaram de existir. As ações do CS AG foram convertidas na proporção de 1 ação UBS AG = 22,48 ações CS AG. A provisão total para funcionários e administradores, referente ao plano global de ações e aos demais benefícios de longo prazo e respectivos encargos, no valor de R\$ 62.488 (2022 - R\$ 97.703) encontra-se registrada na conta de "Outras obrigações". Na tabela abaixo está apresentada a movimentação do plano baseado em ações no exercício, considerando o correspondente ajuste a mercado:

	Valor R\$ mil	Quantidade
<b>Movimentação das ações</b>		
Ações do CS AG em 31/12/2022	787	50.479
Ajuste ao valor justo no exercício	100	-
Conversão para ações do UBS AG	(603)	(48.589)
<b>Ações do UBS AG em 31/12/2023</b>	284	1.890
<b>Movimentação das ações</b>		
Ações do CS AG em 31/12/2021	2.583	47.784
Ações outorgadas durante o exercício	42	2.695
Ajuste ao valor justo no exercício	(1.838)	-
<b>Ações do CS AG em 31/12/2022</b>	787	50.479

### 13. Imposto de renda e contribuição social

**a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(175.321)	142.889
Base de cálculo	(175.321)	142.889
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social calculada à alíquota de 15%	70.128	(57.156)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis, líquidas de receitas não tributadas	(69.369)	2.324
Ajuste de crédito tributário - realização acima 10 anos	-	1.682
Baixa do estoque de ativo fiscal diferido (*)	(152.972)	-
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores (*)	(23)	-
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(152.236)	(53.150)

(\*) Em 30 de junho de 2023 foi efetuada a baixa integral do estoque do ativo diferido de IRPJ e CSLL, conforme descrito na nota 13c.

(\*) IRPJ anterior de R\$ 7 pago mediante adesão ao programa de anistia de 2023, e, R\$ 16 referente a outros créditos anteriores.

**b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Reversão de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	(73.597)	(109.936)
Constituição (reversão) de base negativa de CSLL	(33.890)	23.570
Constituição (reversão) de prejuízo fiscal	(44.726)	39.216
Total de impostos diferidos	(152.213)	(53.150)

**Impostos correntes**

Imposto de renda e contribuição social devidos	(23)	-
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(152.236)	(53.150)

**c. Ativo Fiscal diferido:** Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo de crédito tributário constituído, o qual representaria um montante de R\$ 217.587, uma vez que, em 30 de junho de 2023 foi efetuada a baixa de todo o estoque do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, equivalente a R\$ 153.744, por decisão da administração, tendo em vista o não atendimento da condição prevista no inciso II, do artigo 4º, da Resolução CMN nº 4.842/20. No período encerrado em 31 de dezembro de 2022, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados pelo Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização e o histórico de rentabilidade da Corretora. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões dos planos de gratificações e provisões indedutíveis. Os créditos tributários, calculados à época sobre as adições temporárias líquidas, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL foram constituídos considerando a alíquota total de 40% (25% IRPJ e 15% CSLL), nos termos da legislação vigente.

	Dezembro/2022	Constituição	Realização (*)	Dezembro/2023
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal	44.726	24.387	(69.113)	-
Base Negativa de CSLL	33.890	15.451	(49.341)	-
Diferenças temporárias (*)	74.374	12.512	(86.886)	-
Total	152.990	52.350	(205.340)	-

	Dezembro/2021	Constituição	Realização (*)	Dezembro/2022
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal	11.510	33.216	-	44.726
Base Negativa de CSLL	10.320	23.570	-	33.890
Diferenças temporárias (*)	184.614	53.006	(163.246)	74.374
Total	206.444	109.792	(163.246)	152.990

(\*) Inclui realização sobre diferenças temporárias (atuarial) no montante de R\$ 772 até a baixa em Jun/2023 (Dez/2022 - R\$ 304), que transitaram via "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Ainda em 2023, também inclui a realização sobre estoque de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 5, a qual foi utilizada para quitação parcial de provisão de IRPJ de períodos anteriores, mediante adesão em processo de anistia em março de 2023, tendo como contrapartida uma conta no passivo.

**d. Expectativa de realização do ativo fiscal diferido:** Em 31 de dezembro de 2023, não há saldo de crédito tributário constituído, conforme mencionado na nota 13c. Portanto, não há divulgação da expectativa de realização futura. Abaixo, está apresentada a expectativa de realização para o exercício anterior (31 de dezembro de 2022).

	Dezembro/2022			Valor presente
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
1º ano	39.353	24.310	63.663	55.968
2º ano	22.817	13.413	36.230	28.000
3º ano	10.939	13.804	24.743	16.811
4º ano	-	564	564	337
10º ano	17.369	10.421	27.790	7.662
Total	90.478	62.512	152.990	108.778

(\*) A taxa de desconto utilizada é a Selic.

**14. Outras informações:** **a.** Outros créditos - rendas a receber estão representadas, substancialmente, por taxa de administração de fundos de investimentos no valor de R\$ 23.412 (2022 - R\$ 29.950), taxa de performance de fundos de investimentos no valor de R\$ 20.698 (2022 - R\$ 25.675) e valor de rendas de assessoria financeira no valor de R\$ 7.786 (2022 - R\$ 0), apuradas no final do período e liquidadas no mês seguinte. **b.** As receitas de prestação de serviços estão representadas, principalmente, por rendas de administração e performance de fundos de investimento no montante de R\$ 318.144 (2022 - R\$ 403.792), rendas de corretagem de intermediação de renda fixa de R\$ 389 (2022 - R\$ 667), rendas de serviços de custódia de R\$ 1.625 (2022 - R\$ 2.197), rendas de comissão de intermediação de negócios de R\$ 15.316 (2022 - R\$ 14.004) e rendas de comissão de colocação de títulos de renda fixa e cotas de fundos de investimentos de R\$ 21.398 (2022 - R\$ 13.405). **c.** Outras despesas administrativas incluem, substancialmente, despesas de comunicação no montante de R\$ 6.960 (2022 - R\$ 6.254), despesa com sistema financeiro de R\$ 1.466 (2022 - R\$ 1.673), despesas de aluguel de R\$ 17.537 (2022 - R\$ 9.583), despesas